

Culpando os exportadores

SUBSISTE UM ENTENDIMENTO PRECÁRIO DA LÓGICA DA FORMAÇÃO DE PREÇOS NUMA ECONOMIA ABERTA

*Rogério L. Furquim Werneck**

À medida que os efeitos indesejáveis da depreciação cambial vão afinal se fazendo sentir com mais intensidade, especialmente sobre a inflação, vão-se tornando cada vez mais freqüentes as manifestações de hostilidade contra empresas exportadoras. Não há no País grande resistência à idéia, um tanto trivial, de que preços internos de produtos importados estão atrelados aos seus preços externos e ao câmbio. Mas ainda há enorme resistência à idéia de que os preços de produtos exportáveis também possam estar estreitamente vinculados à evolução dos preços externos e do câmbio.

Nas últimas semanas, vêm ganhando destaque os atritos entre exportadores de bens intermediários e empresas consumidoras desses bens no País. Grandes consumidores de aço têm feito protestos veementes contra a forte elevação dos preços internos do produto. E têm acusado o setor siderúrgico de estar desviando produção para a exportação e criando um quadro de desabastecimento de aço no País. Algo similar vem ocorrendo em alguns segmentos da indústria química. Logo antes do Carnaval, mobilizado com as recorrentes denúncias de aumentos de preços de matérias-primas industriais, o ministro do Desenvolvimento chegou a aventar publicamente a taxaço das exportações de certos bens intermediários, como produtos siderúrgicos, celulose e produtos petroquímicos, ecoando propostas de alguns economistas proeminentes do PT. É bem verdade que o governo, logo em seguida, descartou por completo a possibilidade de que tal iniciativa pudesse de fato ser levada adiante. Mas o fato merece atenção, porque bem ilustra a que grau chegou a irritação de alguns setores industriais com exportadores de bens intermediários. A proposta, por descabida que seja, é especialmente notável por ter sido formulada por um ministro totalmente insuspeito que, antes de entrar na vida pública, se estabilizou justamente por seu grande sucesso empresarial como exportador.

Desde o início de 1999, a taxa câmbio sofreu uma variação nominal de nada menos do que 190%. Muito acima da variação de qualquer índice relevante de preços no período. Como era de se esperar, uma depreciação cambial de tal magnitude vem tendo efeitos favoráveis extremamente vigorosos sobre as contas externas. Mas sua absorção pela economia não vem sendo um processo indolor. Longe disto. Está em curso uma brutal modificação de preços relativos que, naturalmente, está afetando em grande medida as margens de lucro dos diversos setores. Não é de se espantar, portanto, que, nas negociações de preços entre setores os ânimos estejam um pouco acirrados, especialmente quando a condução da política macroeconômica impede a saída “fácil” da compatibilização dos interesses conflitantes por meio da simples aceleração inflacionária.

Complica a economia política da absorção dos efeitos da depreciação, o fato de que, num quadro de agruras para muitos, os exportadores só têm razões para comemorar. Cria-se um caldo de cultura para propostas estapafúrdias de todo tipo, que vão da imposição de controle de preços a esquemas arbitrários de taxação, na contramão dos incentivos que supostamente devem advir da depreciação cambial. Nas suas versões mais amenas, tais propostas tomam a forma da expectativa, algo pueril, de que produtores de bens exportáveis dêem sua quota de contribuição para o combate à inflação, dispondo-se a, voluntariamente, adotar uma política “contida” de preços nas suas vendas para o mercado interno. Há também quem defenda que preços internos de bens intermediários mais baixos permitiriam a exportação de produtos de maior valor agregado. De novo, é um tanto ingênuo esperar que, numa economia de mercado, o produtor de uma matéria-prima exportável, com base num raciocínio desse tipo, se disponha a vender no mercado interno por preço menor do que poderia obter em uma venda externa.

É perfeitamente defensável que o governo se mantenha atento para evitar que, no calor do processo de mudança de preços relativos, prosperem manobras de cerceamento da concorrência em determinados setores. E é mais do que razoável que intervenha quando julgar que isto possa estar ocorrendo. Mas sempre com medidas de proteção e estímulo à concorrência. Talvez valha à pena, por exemplo, indagar se agora não é um bom momento para reduzir tarifas de importação de certos bens intermediários, de forma a ampliar sua oferta no mercado interno.

Em uma economia aberta, os preços internos dos bens exportáveis estão fortemente vinculados aos seus preços externos e à taxa de câmbio. O encarecimento dos bens exportáveis para os consumidores internos é parte essencial e inexorável do processo de ajuste das contas externas deflagrado pela depreciação cambial. É algo previsível e mais do que natural. Não decorre em absoluto de excesso de ganância dos produtores de bens exportáveis, como vem sendo sugerido. É essa elevação de preços dos bens exportáveis que inibe a demanda interna desses bens e libera produção para exportação. Visto dessa perspectiva, as acusações de que está havendo desvio de produção para exportação soam como despropositadas. Afinal, na esteira da depreciação, esse desvio é um resultado mais do que esperado.

É lamentável que, nos descaminhos do debate, esses pontos tão básicos estejam sendo por vezes completamente ignorados. E mais lamentável ainda que, justamente quando se procura desenvolver uma nova mentalidade exportadora no País, sejam os exportadores apontados como os vilões do difícil processo de ajuste por que vêm passando a economia brasileira.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.